

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.481.773 - DF (2019/0096861-1)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : GILMAR NUNES DA COSTA
ADVOGADOS : JOSÉ GOMES DE MATOS FILHO E OUTRO(S) - DF005137
DIOGO TOSCANO DE OLIVEIRA REBELLO - DF042791
AGRAVADO : DISTRITO FEDERAL
PROCURADORES : ETH CORDEIRO DE AGUIAR E OUTRO(S) - DF015216
EDUARDO ALECSANDER XAVIER DE MEDEIROS - DF022067

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO DISTRITAL. POLICIAL MILITAR. CONSELHO DE DISCIPLINA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282 E 356/STF. ARGUMENTO AUTÔNOMO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. INTERPRETAÇÃO DE LEI LOCAL. SÚMULA 280/STF. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

- 1.** Não tendo sido enfrentada a questão ou a tese relacionada ao artigo apontado como violado pelo acórdão recorrido, fica obstado o conhecimento do recurso especial pela ausência de prequestionamento, incidindo os óbices das Súmulas 282 e 356 do STF.
- 2.** Não se conhece do recurso especial, quando a parte deixa de impugnar de forma suficiente fundamento autônomo, que por si só é capaz de manter o julgado (Súmula 283/STF).
- 3.** In casu, da forma como definido pelo tribunal de origem, imprescindível seria a análise da lei local para o deslinde da controvérsia, o que é vedado em sede de recurso especial. Desse modo, aplicável à espécie, por analogia, o enunciado da Súmula 280, do Supremo Tribunal Federal.
- 4.** Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento:

"A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)."

A Sra. Ministra Assusete Magalhães, os Srs. Ministros Herman Benjamin e Og Fernandes votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Francisco Falcão.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator

